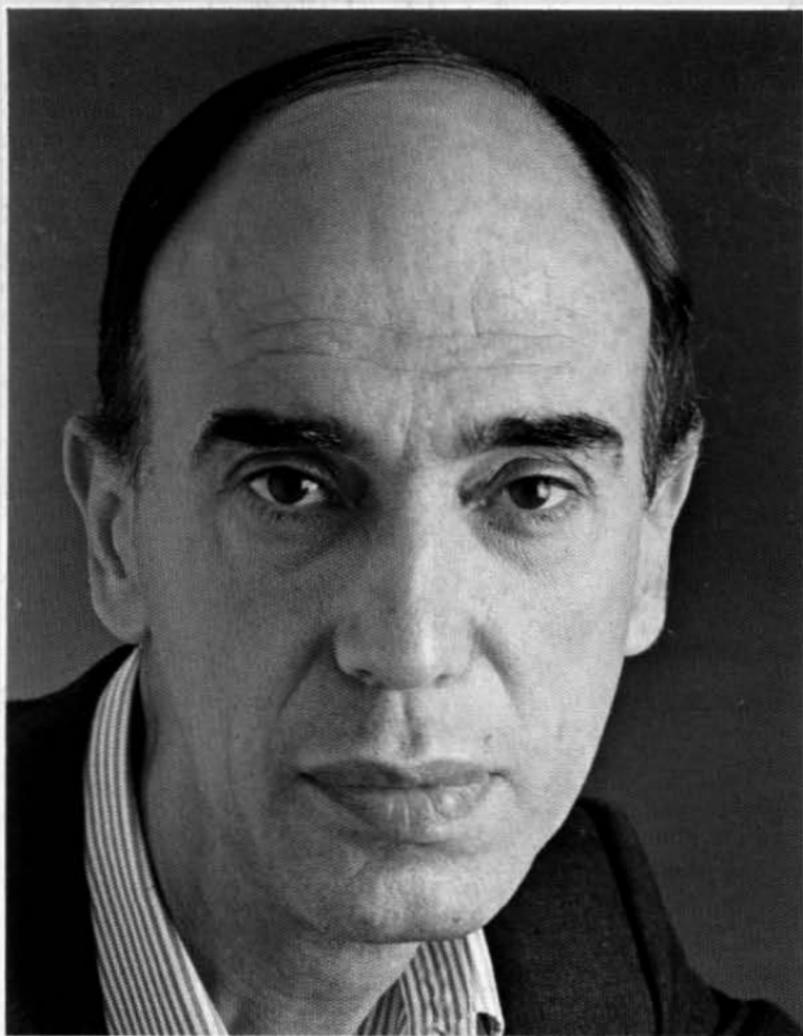


**UM NOVO MODELO PARA A
UNIVERSIDADE BRASILEIRA**



**MARCO
MACIEL**
Senador

MARCO MACIEL

**UM NOVO MODELO
PARA
A UNIVERSIDADE
BRASILEIRA**

27 CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL
a n o s

OS 1309/90

O AUTOR

Marco Maciel foi estudante de ativa participação, tendo sido eleito duas vezes presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), posto máximo da representação estudantil do Estado.

Quando Ministro da Educação, escolhido pelo Presidente Tancredo Neves, Marco Maciel atuou firme e decisivamente para que a União Nacional dos Estudantes (UNE), proscria em 1964, voltasse a ter existência legal.

Marco Maciel é graduado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife — turma de 1963 — e advogado inscrito na OAB — Seção de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, na Universidade Católica de Pernambuco, também tem ministrado aulas em diversas instituições de ensino superior do País. Em 1969, esteve em Harvard (EUA) fazendo curso de extensão sobre instituições americanas.

Governou o Estado de Pernambuco de 1979 a 1982.

Eleito Senador da República em 1982, Marco Maciel é relator da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ora em discussão no Congresso Nacional.

Um novo modelo para a universidade brasileira

O papel político a ser exercido pela universidade deve ser, como em todas as democracias, o de também praticar a reflexão crítica sobre a organização da sociedade.

A universidade brasileira não tem uma, mas sim várias missões a cumprir. A sua experiência é ainda muito recente para que nos desestimulemos ante as naturais dificuldades por que passam instituições universitárias e o próprio País.

É indiscutível que a universidade representa um instrumento da mais importante valia nos processos de transformações sociais, mercê de sua capacidade criativa e de seus compromissos com a verdade. Isso, contudo, não justifica a pretensão de querer transformá-la em agente exclusivo de mudanças políticas — tarefa que o regime democrático reserva aos cidadãos, individualmente, enquan-

to participantes desse processo, e às instituições políticas, coletivamente.

A universidade democrática

O papel político a ser exercido pela universidade, portanto, deve ser, como em todas as democracias, o de também praticar a reflexão crítica sobre a organização da sociedade. Esse papel crítico, porém, só poderá ser fecundo e criador se a universidade for capaz de assegurar, tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera de sua própria administração, os princípios fundamentais do pluralismo democrático, da divergência ideológica, da liberdade de convicção e da transmissão do saber.

É preciso entender como legítimas as discussões e as postulações relativas ao próprio modelo universitário que temos de adotar na obra de restauração democrática que empreendemos. Uma e outras, no entanto, não podem dissociar-se de duas condições necessárias à própria sobrevivência da universidade.

A primeira é a de que ambas não podem se dar à margem da lei — primado intelectual da organização em todas as esferas de atividade humana. Lei não apenas como expressão da justiça, mas sobretudo como fundamento do saber, do conhecimento organizado e da própria ciência.

A segunda é a de que nem a discussão, nem a postulação — autênticas e indispensáveis à própria renovação do ensino em todos os seus níveis — podem preterir os com-

promissos com a qualidade, com a valorização do mérito e com a ampla democratização, visando assim ao melhor padrão de formação humanística para todos os seus agentes.

A universidade e o meio

O engajamento da universidade com o seu meio deve percorrer os caminhos largos e promissores de um comprometimento sem preconceitos com as carências e as aspirações de toda a sociedade. Os instrumentos para se atingir esse desejável objetivo, que só enriquece a experiência universitária, tornando-a mais combatente e menos passiva com as injustiças, estão ao seu alcance, tanto através das atividades de extensão, que devem ser desenvolvidas em benefício de toda a comunidade, quanto por um crescente aprimoramento da pesquisa nas mais diferentes modalidades, de que há tantos e tão promissores resultados.

E mais. Tanto importante quanto essas duas vias, parece-me claro que o Governo, a comunidade acadêmica e a própria sociedade devem buscar, em esforço conjunto, a elevação dos padrões educacionais do País, em todos os níveis e em todas as circunstâncias.

A cidadania ativa

Não basta lamentarmos nossas deficiências ou diagnosticarmos nossos males. Muito mais que isso, temos que realizar um esforço

consciente, permanente e articulado para que cada um se comprometa com o melhor, mais produtivo, mais moderno e mais correto critério no padrão educacional que proporcionamos à sociedade a que servimos. Enfim, o direito à educação deve ser sempre visualizado como um dos pressupostos daquilo que o moderno pensamento liberal chama de cidadania ativa, pois o exercício dos direitos políticos está estreitamente ligado à educação.

Intercâmbio

A participação de todos os segmentos e de todos os agentes que compõem a comunidade universitária é, sem dúvida, indispensável à democratização da vida universitária. Mas isso não justifica que se pretenda transformar a universidade numa instituição inteiramente dissociada do meio em que se insere e a que deve servir.

É indispensável estimular um intercâmbio constante e sistemático, entre universidade e comunidade, para o melhor e o mais racional aproveitamento de nossos ainda escassos recursos humanos. Os cérebros mais qualificados e as aptidões mais provadas em determinadas áreas do conhecimento devem contribuir para elevar os níveis de todo o meio universitário brasileiro.

As várias missões da universidade brasileira

Há, portanto, um enorme campo de atuação, um permanente desafio e uma diversificada gama de exigências colocados em

nosso futuro. A universidade brasileira não tem portanto uma, mas sim várias missões a cumprir. Isto não justifica, porém, que nos abandonemos às nossas próprias decepções. A experiência universitária brasileira é ainda muito recente para que nos desestimulemos ante as naturais dificuldades que não só as instituições universitárias, mas o próprio País, vive.

Como superar as dificuldades

Não temos que nos deter nos erros do passado, sem que antes nos debruçemos sobre os percalços do presente e os desafios do futuro. Estamos vencendo nossas crises com paciência, obstinação e devotamento. Não temos que agravá-las com discussões incabíveis no universo rico e conflituoso das legítimas diferenças políticas, ideológicas e doutrinárias. Para isso é preciso que a universidade brasileira mantenha intacto o seu histórico compromisso com a excelência da educação e com os padrões de livre convicção que são, sem dúvida, o seu maior patrimônio.

Temos a exata compreensão de que o destino da universidade está íntima e visceralmente ligado ao destino do País. Não há universidade fraca em países ricos, nem universidades ricas em países pobres.

A universidade brasileira não possui, em sua ainda recente história, laivos do velho espírito corporativista que ainda permanece como reminiscência histórica em alguns segmentos de nossa vida institucional. Manifes-

tamos por isso a profunda convicção de que os problemas que afligem a educação brasileira, em geral, e as nossas instituições universitárias, em particular, não são insuperáveis nem insolúveis.

O papel da universidade brasileira

Fortalecida institucionalmente, asseguradas as condições e padrões mínimos de recursos financeiros, estabelecida a possibilidade de recrutamento dos recursos humanos que devem integrá-la, a universidade em nosso País tem um ilimitado papel a cumprir no campo da promoção política, como centro de reflexão crítica dos padrões de organização da sociedade.

No campo social, atua como responsável pela democratização da igualdade de oportunidades para todos no acesso à educação e no desfrute da cidadania; no campo econômico, pela intensificação da pesquisa, pela busca de soluções para a racional exploração e aproveitamento de nossos recursos naturais; e, finalmente, no campo científico, pela procura incessante dos padrões de excelência nas diversas áreas do saber.

Age na educação, proporcionando formação humanística aos que a ela têm acesso; no ensino, propiciando a melhor profissionalização possível para suprir nossas necessidades de mão-de-obra de alta qualificação; na extensão, levando seus recursos a toda a comunidade que a mantém e à qual deve servir; e, na pesquisa, aprofundando as chances de atingir novos conhecimentos, novas

técnicas e novas descobertas, que permitam à humanidade caminhar na direção de seu próprio aperfeiçoamento.

O modelo universitário

As discussões atinentes ao modelo a ser adotado pela universidade devem levar em consideração, sobretudo, a qualidade do ensino, a valorização do mérito, a democratização e a integração com o meio, pois que são essas condições fundamentais à sua própria sobrevivência como instituição intelectualmente livre e socialmente comprometida.

As exigências de melhoria da qualidade do ensino estão, em boa medida, associadas à valorização do mérito — inclusive, enquanto instrumento para progressão na carreira docente.

A democratização da administração universitária, requisito fundamental às atividades de ensino e pesquisa, não pode entretanto concorrer para formação de uma mentalidade autárquica e corporativa, promovendo o isolamento institucional.

Nada obstante, o Governo não deve pretender tutelar a universidade, sob pena de violar os princípios democráticos de respeito à liberdade de pesquisa e opinião, que devem pautar sua existência.

Extensão universitária e pesquisa

Os instrumentos para se atingir esse desejável objetivo, que só enriquece a experiência universitária, tornando-a mais combatente

e menos indiferente às injustiças, estão inegavelmente ao seu alcance, tanto através das atividades de extensão, que não podem ser desenvolvidas apenas em proveito de seus próprios agentes — professores, técnicos, pessoal administrativo e alunos — mas em benefício de toda a comunidade, quanto por um crescente aprimoramento da pesquisa em todas as suas finalidades, de que há tantos e tão promissores resultados na experiência universitária brasileira.

Compromissos convergentes

Nossos compromissos comuns não são incompatíveis nem conflitantes entre si. Os agentes políticos do Governo têm um compromisso fundamental com o pluralismo, porque sem ele não será possível organizar a liberdade, para que a verdade prevaleça como único e obstinado fim a que devem visar a ciência, o saber e o conhecimento, fundamentos sobre os quais cabe erigir e manter as instituições de ensino superior.

É preciso que a universidade brasileira mantenha intacto o seu histórico compromisso com a excelência da educação e com os padrões de livre discussão e livre expressão, sem dúvida, o seu maior patrimônio. É preciso que a universidade, ao lado da sua tríplice missão de ministrar o ensino, realizar a pesquisa e promover a extensão, também não abdique do seu relevante papel de ser o centro de reflexão crítica, tarefa eminentemente política, nem dos problemas do País e da realidade cultural que a cerca.

“Temos a exata compreensão de que o destino da universidade está íntima e visceralmente ligado ao destino do País.”

“O papel político a ser exercido pela universidade deve ser, como em todas as democracias, o de também praticar a reflexão crítica sobre a organização da sociedade.”

“O direito à educação deve ser sempre visualizado como um dos pressupostos daquilo que o moderno pensamento liberal chama de cidadania ativa.”

Marco Maciel